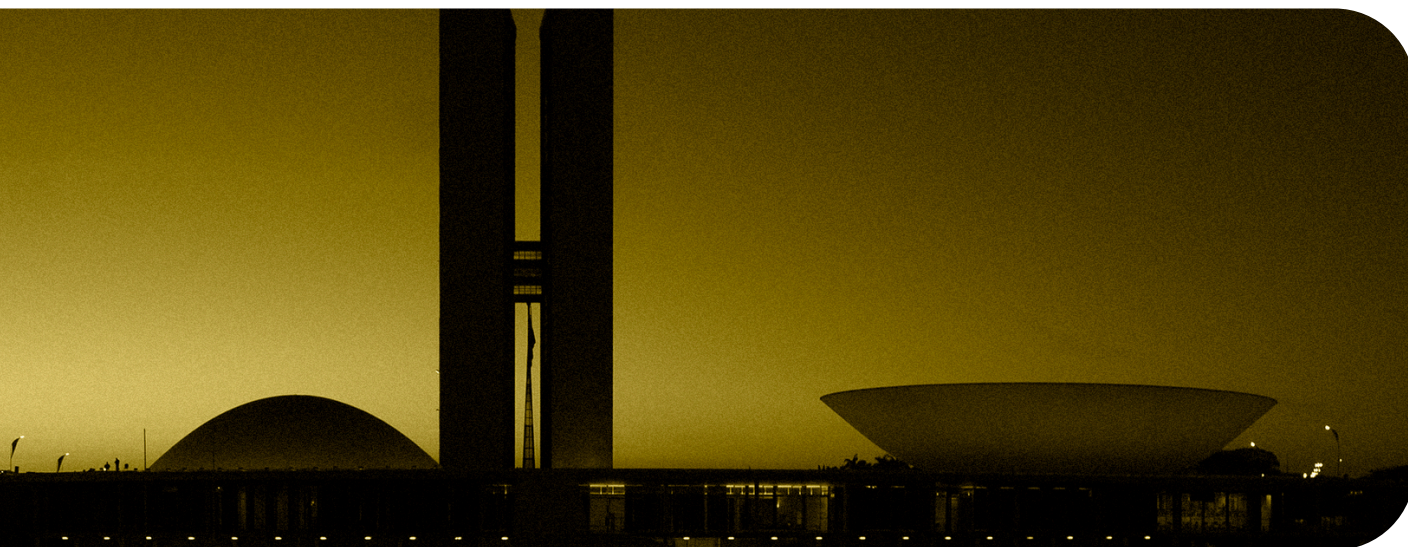


Agenda Semanal

26 a 30 de outubro



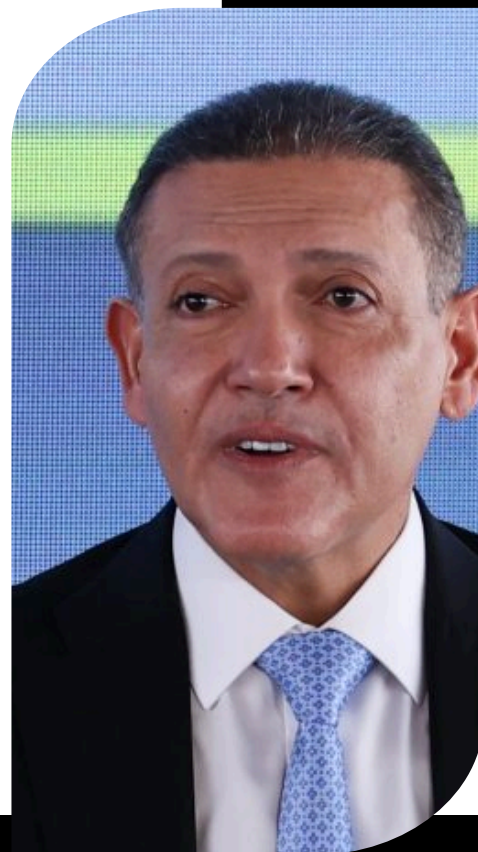
Destques
da
Semana:

A Vitória de Lula

O lado derrotado

Cenário Político

Com o fim das eleições de 2026 e a definição do segundo turno no último domingo (25), as atividades deliberativas nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados foram retomadas, marcando o reencontro das bancadas com as pautas ordinárias da Casa. No entanto, as sessões deliberativas nos plenários principais das duas Casas legislativas ainda não foram marcadas, mantendo o ambiente de votação concentrado no trabalho técnico dos colegiados. A expectativa agora se volta para o alinhamento das lideranças partidárias e das mesas diretoras para a definição do calendário de votações de plenário até o encerramento do ano legislativo.



Prorrogação da Votação

O dia decisivo foi marcado por uma determinação inédita do ministro Cristiano Zanin, do STF, que prorrogou o horário de encerramento das urnas em duas horas, estendendo a votação até as 19h em todo o país. A medida acatou um pedido da campanha petista motivado por denúncias de redução severa da frota de transporte coletivo e descumprimento da gratuidade em capitais como Salvador e São Paulo. Paralelamente, a campanha de Flávio Bolsonaro também havia protocolado pedidos ao TSE para prolongar o pleito em municípios atingidos por temporais. Contudo, após a confirmação do resultado, o candidato do PL criticou a intervenção do Supremo e declarou que pedirá a anulação da eleição. A jornada registrou ainda a queda da abstenção para 19,21% e a substituição de 1.516 urnas eletrônicas.

Resultados do Segundo Turno



64,256,232.00000



59,826,041.00000

51,8%

48,2%



A VITÓRIA DE LULA

A consolidação do quarto mandato presidencial é marcada por amplo crescimento nos estados e pelo reconhecimento imediato de legendas de centro

A inédita reversão de desvantagem no segundo turno foi matematicamente viabilizada por uma combinação de queda na abstenção, que recuou para 19,21%, redução de votos brancos e nulos e um expressivo avanço regional. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) agregou 10,3 milhões de novos eleitores na rodada decisiva, quase o triplo do crescimento de Flávio Bolsonaro (PL), alcançando o recorde histórico de 64,2 milhões de votos válidos. O mapa da apuração revela que o petista conseguiu virar o resultado em 211 municípios e garantiu a vitória em Minas Gerais, o único estado a inverter o favoritismo da primeira etapa. Em termos absolutos, o Sudeste foi o grande motor da vitória governista, área onde o presidente ampliou sua base em 4,8 milhões de votos e reduziu drasticamente a margem do candidato do PL em praças fundamentais como São Paulo e Rio de Janeiro.

No campo político-institucional, a proclamação do resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral isolou as tentativas de contestação do adversário. Minutos após a oficialização da vitória, legendas que apoiaram formalmente Flávio Bolsonaro no segundo turno, como Republicanos, União Brasil e MDB, emitiram notas públicas reconhecendo a soberania das urnas e parabenizando o presidente reeleito, esvaziando a retórica de anulação do pleito. Superada a tensão eleitoral, o novo mandato impõe ao Palácio do Planalto o desafio imediato da governabilidade diante de um Congresso de forte inclinação à direita. Nesse cenário, o vice-presidente Geraldo Alckmin desponta como peça central para costurar alianças com o centro democrático e dialogar com a recém-eleita bancada de governadores de oposição, exigindo alto grau de pragmatismo na negociação das pautas orçamentárias e legislativas a partir de 2027.



O LADO DERROTADO

Campanha derrotada questiona prorrogação do horário de votação enquanto instituições e partidos aliados reconhecem a legitimidade do pleito

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva foi imediatamente alvo de forte contestação por parte do candidato derrotado. Em pronunciamento realizado pouco após a confirmação matemática do pleito, o senador Flávio Bolsonaro (PL) classificou a derrota como inexplicável e anunciou que a sua equipe jurídica pedirá formalmente a anulação das eleições. O foco central da argumentação bolsonarista recai sobre a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, que prorrogou o horário de votação até as 19h em decorrência de graves denúncias sobre a falta de transporte público. A campanha do PL classifica a medida como uma manobra que modificou as regras vigentes e feriu a isonomia entre os eleitores. A postura mais dura do candidato, segundo relatos de bastidores, prevaleceu sobre a ala moderada de aliados, que defendia cautela até a reunião completa de evidências sobre o impacto da extensão do horário nas urnas.

A tentativa de lançar dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral esbarrou em contradições da própria campanha e na resposta imediata das instituições. Documentos mostram que a equipe do PL também havia protocolado na Justiça Eleitoral um pedido urgente para a prorrogação da votação em municípios do Sul e do Sudeste, alegando a necessidade de estender o horário devido a temporais que estariam impedindo o acesso dos eleitores. Paralelamente, a contestação foi isolada pelas engrenagens republicanas. O presidente da Corte Eleitoral, Kassio Nunes Marques, declarou ter absoluta segurança no processo e o chefe da Procuradoria Geral da República, Paulo Gonet, reafirmou a validade do resultado. Com o reconhecimento célere da vitória de Lula por partidos aliados de Flávio, como União Brasil, MDB e Republicanos, a narrativa de anulação perdeu aderência política imediata no cenário de centro e da direita.



Cecilia Rodrigues -
Analista de Relações
Governamentais

Perspectiva Semanal

Com a confirmação da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, o ritmo no Poder Legislativo deve ser mais calmo nesta semana. Até o momento, não foram convocadas sessões deliberativas nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com isso, as atividades devem se concentrar nas comissões temáticas das duas Casas, que seguem funcionando com a deliberação de pautas ordinárias, enquanto os grandes embates políticos ficam em suspenso.

No Poder Executivo, o Palácio do Planalto volta suas atenções para a montagem da equipe do quarto mandato. Por se tratar de um ciclo de continuidade, a expectativa é de uma reorganização sem sobressaltos, focada no alinhamento das metas econômicas e em eventuais trocas ministeriais. Essas mudanças merecem acompanhamento próximo dos setores com interesses nas pastas que podem ser afetadas.

Já o Poder Judiciário deve enfrentar forte pressão política vinda de setores do bolsonarismo. A decisão liminar do ministro Cristiano Zanin, do STF, que prorrogou a votação até as 19h após ação da campanha de Lula sobre falhas no transporte público, tensiona a relação da oposição com a Suprema Corte e com a Justiça Eleitoral. A medida é inédita em eleições gerais, embora a campanha de Flávio Bolsonaro também tenha pedido prorrogação em municípios do Sul e do Sudeste. A decisão já alimenta questionamentos ao resultado, como o apelo de Eduardo Bolsonaro para que a comunidade internacional não o reconheça. A atuação dos tribunais tende a ser um dos principais pontos de atrito.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, divulgado a 23 de outubro de 2026, apontou um alívio nas estimativas de inflação e de juros para o encerramento deste ano. A projeção do IPCA para 2026 recuou de 5,22% para 4,99%, enquanto a expectativa para a taxa Selic caiu de 13,50% para 13,25% ao ano. A perspectiva de crescimento da atividade econômica também foi revisada em alta, com o PIB de 2026 a avançar de 1,83% para 1,86%. Por outro lado, o mercado financeiro elevou a estimativa cambial, com o dólar a subir de R\$ 5,13 para R\$ 5,20. No horizonte de 2027, o cenário apresenta um movimento unânime de alta nas expectativas na comparação semanal: as projeções do IPCA subiram para 4,34%, do PIB para 1,41%, da Selic para 12,00% e do câmbio para R\$ 5,26.

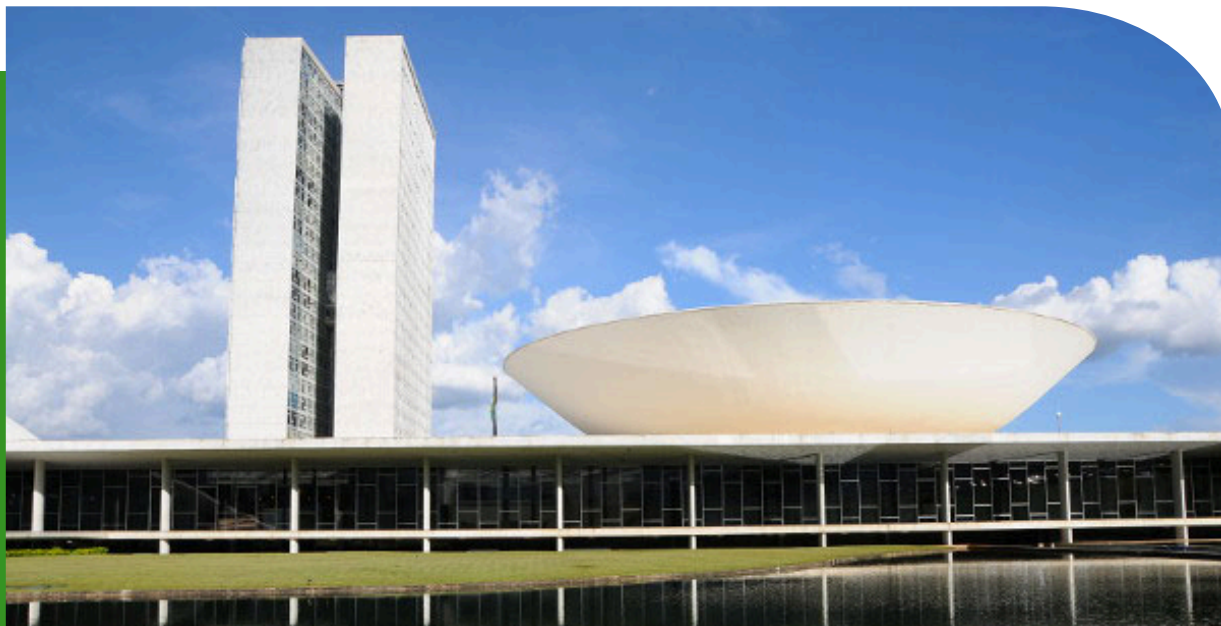
Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- Inflação (IPCA): 4,99% ▼
- Crescimento (PIB): 1,86% ▲
- Juros (Selic): 13,25% ▼
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,20 ▲

Indicadores Econômicos 2027

- Inflação (IPCA): 4,34% ▲
- Crescimento (PIB): 1,41% ▲
- Juros (Selic): 12,00% ▲
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,26 ▲



Câmara dos Deputados

Sessão Deliberativa



14h



27/10

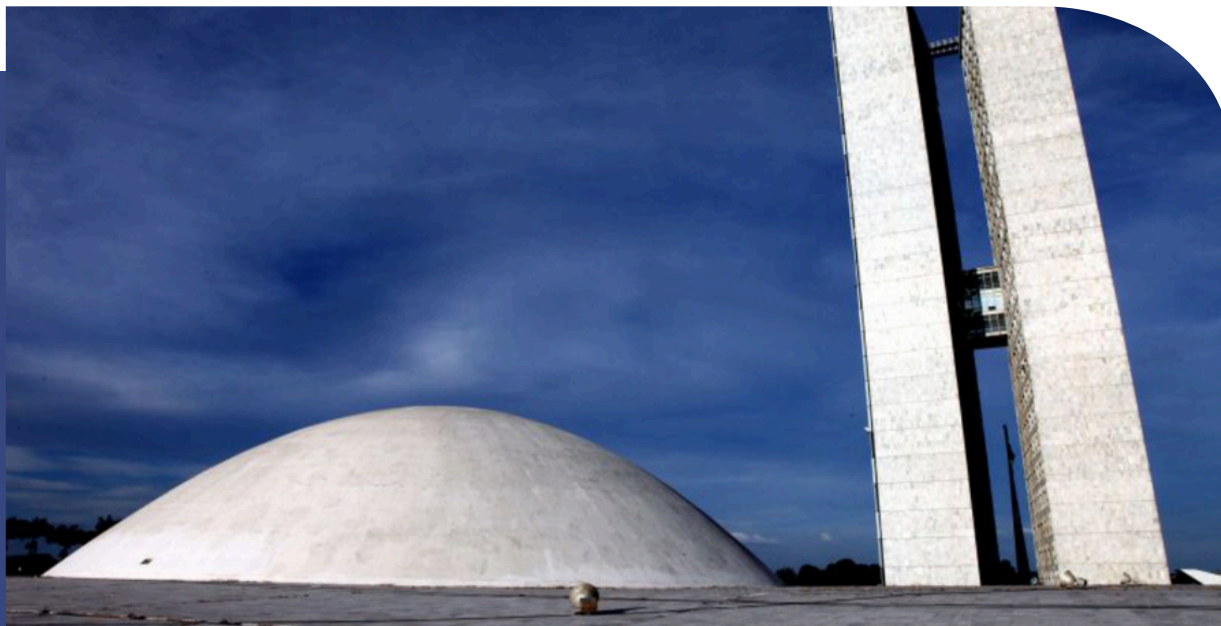


Plenário

MPV 1375/2026 – Adicional de Fronteira

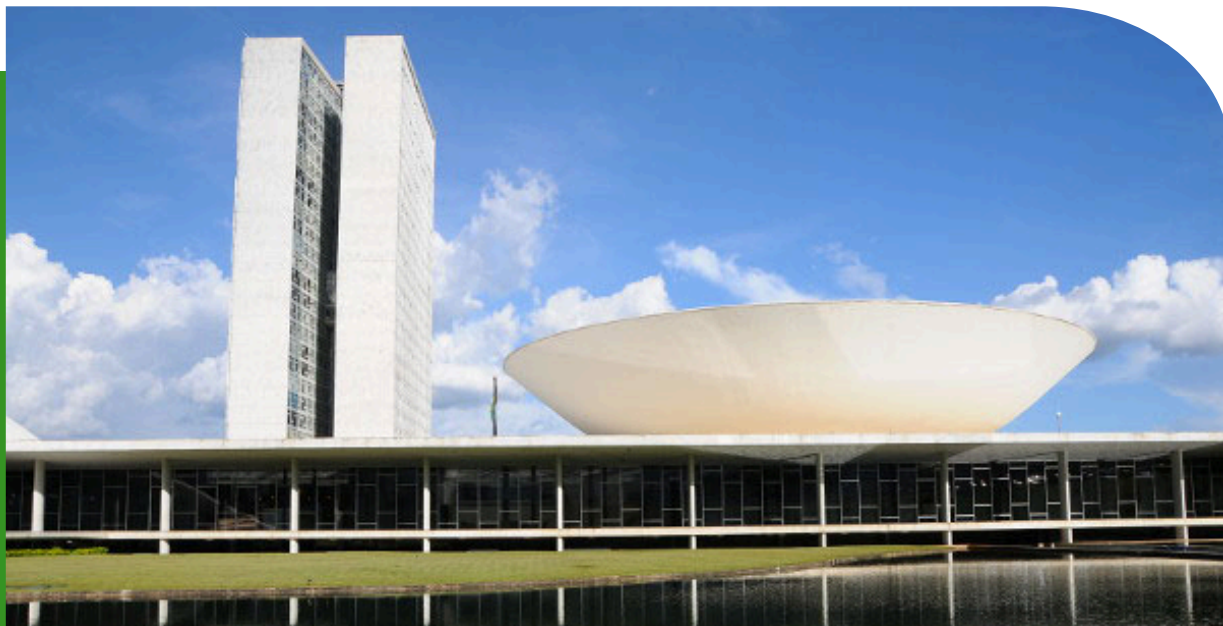
MPV 1375/2026 - Autor: Presidência da República - Amplia o rol de carreiras com direito à indenização de fronteira (Lei nº 12.855/2013), altera regras de opção para servidores de ex-territórios e transforma cargos efetivos vagos.

Relator: pendente de relator.



Senado Federal

Até a publicação desta agenda, não foram publicadas pautas de interesse da Federação no Senado Federal.



Câmara dos Deputados

Comissão de Segurança Pública...



14h



27/10



Plenário 06



PL 6198/2025 - Limites na Dosimetria Penal para Agentes de Segurança

PL 6198/2025 - Capitão Alden (PL-BA) - Estabelece limites objetivos para a dosimetria penal aplicada a agentes de segurança pública, vedando o uso de circunstâncias não previstas em lei relacionadas à função exercida, ao dever institucional, ao uso de armamento institucional, seja em serviço ou fora de serviço, e dá outras providências.

Relator: Coronel Ulysses (UNIÃO-AC)

Parecer: pela aprovação, deste e dos apensados na forma do substitutivo.



PL 6315/2025 - Limites na Dosimetria Penal para Agentes de Segurança

PL 6315/2025 - Cabo Gilberto Silva - PL/PB - Dispõe sobre o prazo máximo de tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares no âmbito das instituições previstas no art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Relator: Aluisio Mendes (REPUBLIC-MA)

Parecer: pela aprovação, deste e rejeição do apensado



PL 1912/2026 - Prioridade Habitacional para Forças de Segurança

PL 1912/2026 - Capitão Alden (PL-BA) - Dispõe sobre a aquisição, a posse e o porte de arma de fogo no território nacional, institui o Sistema Nacional de Registro de Armas de Fogo (SINRAF) e revoga dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator: Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Notícias



Ministros do STF e do TSE descartam anulação das eleições defendida por Flávio e reconhecem vitória de Lula

Ministros do TSE e do STF rechaçam a tentativa de Flávio Bolsonaro de anular o segundo turno, confirmando a reeleição de Lula. A Justiça Eleitoral avalia que a prorrogação da votação até as 19h registrou apenas 35.521 votos tardios (0,81% da vantagem do petista), volume incapaz de alterar o resultado final de 4,4 milhões de votos de diferença. O tribunal também classificou como falsa a alegação sobre a remoção de fiscais do PL da sala de apuração. Além disso, a própria campanha de Flávio chegou a solicitar o adiamento do pleito em diversos municípios. Lideranças do Congresso e do Judiciário reforçaram a lisura do processo e a necessidade de respeitar a soberania popular.



Por pacificação, Lula planeja acenos a governadores de direita

Reeleito para o quarto mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva planeja convocar reuniões com governadores de todo o país. A iniciativa visa promover a pacificação política e ampliar a governabilidade ao abrir diálogo com opositores que apoiaram seu adversário no segundo turno. O cronograma prevê encontros iniciais com aliados federais, seguidos por gestores moderados e, por fim, governadores alinhados à direita. Além de tentar enfraquecer contestatários do resultado eleitoral, a estratégia busca incorporar propostas de candidatos derrotados no primeiro turno. Sem rivalismos, a nova gestão quer ajustar diretrizes para responder à avaliação do governo e governar com ampla base.



Bancada do PT se reúne com Motta para dar apoio à sua reeleição

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) reuniu-se com o deputado Hugo Motta para formalizar o apoio da legenda à sua candidatura de reeleição à presidência da Câmara dos Deputados. O movimento busca assegurar a manutenção da estabilidade governamental na Casa e fortalecer a governabilidade do Poder Executivo junto ao bloco do Centrão. A aliança visa facilitar a negociação de pautas prioritárias do governo federal no âmbito legislativo durante o próximo ciclo. Além disso, a aproximação estratégica com o parlamentar pretende neutralizar os avanços da oposição conservadora nas articulações internas da Casa.



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
